REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CORPORATE GOVERNANCE: SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS ANGOLANAS

CORPORATE GOVERNANCE: ITS INFLUENCE ON THE PERFORMANCE OF ANGOLAN BANKING FINANCIAL INSTITUTIONS

GOBIERNO CORPORATIVO: SU INFLUENCIA EN EL DESARROLLO DE LAS INSTITUCIONES FINANCIERAS BANCARIAS ANGOLANAS

Alexandre da Paixão Massanga Nhito[1], Flaviano Luemba Capita[2]

e696766
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i9.6766

PUBLICADO: 9/2025

RESUMO

O estudo teve como objectivo analisar a influência da *Corporate Governance* no desempenho das instituições financeiras bancárias angolanas. Observou-se durante a pesquisa que o modelo de *Corporate Governance* com maior aplicação no sector bancário angolano é o modelo monista ou latino-europeu, constuituído por três (3) órgãos sociais principais: Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, reforçado com o Auditor Externo. A pesquisa foi conduzida procurando responder a seguinte questão científica: Que Influência tem a *Corporate Governance* no Desempenho das Instituições Financeiras Bancárias Angolanas? Por forma a responder à questão foi feito um inquérito com respostas dicotómicas e, a partir das respostas obtidas foi determinado o *CGI-BANKS* que a posterior foi relacionado com o indicador de desempenho dos bancos eleito na pesquisa (ROE). Em função dos artifícios estatísticos apurou-se que a *corporate governance* dos bancos angolanos é, em média, a própria regulação do sector e que a correlação entre o Cgi e o ROE foi moderada (0,438). Portanto, trata-se de uma relação estatisticamente significativa, isto é, uma melhor rendibilidade dos capitais próprios pode ser explicada por um aumento no Cgi. Com isto, validou-se que existe uma relação positiva entre *CGI-BANKS* e a Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE).

PALAVRAS-CHAVE: *Corporate Governance.* Desempenho e Instituições Financeiras Bancárias Angolanas.

ABSTRACT

The Study aimed to analyze the influence of Corporate Governance on the performance of Angolan banking financial institutions. During the research, it was observed that the most commonly applied Corporate Governance model in the Angolan banking sector is the monistic or Latin-European model, consisting of three (3) main governing bodies: the General Assembly, the Board of Directors, and the Fiscal Council, complemented by the External Auditor. The research was conducted to answer the following scientific question: What influence does Corporate Governance have on the performance of Angolan banking financial institutions? In order to answer this question, a questionnaire with dichotomous responses was applied, and based on the responses obtained, the CGI-BANKS was determined, which was later correlated with the performance indicator of the banks selected in the research (ROE). Using statistical methods, it was found that the corporate governance of Angolan banks is, on average, in line with the sector's regulation, and the correlation between the CGI and ROE was moderate (0.438). Therefore, this was a statistically significant relationship, meaning that a better Return On Equity could be

[1] Docente na Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola.
[2] Docente na Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

explained by an increase in the CGI. Thus, it was validated that there is a positive relationship between CGI-BANKS and the Return on Equity (ROE).

***KEYWORDS**: Corporate Governance. Performance and Angolan Banking Financial Institutions.*

RESUMEN
El estudio tuvo como objetivo analizar la influencia de la Gobernanza Corporativa en el desempeño de las instituciones financieras bancarias angoleñas. Se observó durante la investigación que el modelo de Gobernanza Corporativa con mayor aplicación en el sector bancario angoleño es el modelo monista o latino-europeo, constituido por tres (3) órganos sociales principales: la Asamblea General, el Consejo de Administración y el Consejo Fiscal, reforzado con el Auditor Externo. La investigación se llevó a cabo tratando de responder a la siguiente cuestión científica: Qué influencia tiene la Gobernanza Corporativa en el desempeño de las Instituciones Financieras Bancarias Angoleñas? Para responder a la cuestión se realizó una encuesta con respuestas dicotómicas y, a partir de las respuestas obtenidas, se determinó el CGI-BANKS que luego se relacionó con el indicador de rendimiento de los bancos seleccionados en la investigación (ROE). En función de los artificios estadísticos se concluyó que la gobernanza corporativa de los bancos angoleños es, en promedio, la propia regulación del sector y que la correlación entre el CGI y el ROE fue moderada (0,438). Por lo tanto, se trata de una relación estadísticamente significativa, es decir, un mejor rendimiento de los capitales propios puede explicarse por un aumento en el CGI. Así, se validó que existe una relación positiva entre CGI-BANKS y la Rentabilidad de los Capitales Propios (ROE).

***PALABRAS CLAVE:** Gobierno Corporativo. Desempeño e Instituciones Financieras Bancarias* Angoleñas.

INTRODUÇÃO

A eficiência e a estabilidade das instituições financeiras constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento económico e social de qualquer país. No contexto das economias emergentes, como é o caso de Angola, os desafios relacionados com a transparência, a *accountability* e a eficiência operacional dos bancos comerciais adquirem especial relevo, dada a incipiência de mecanismos institucionais de fiscalização e de regulação. Neste enquadramento, a *corporate governance* emerge como uma ferramenta essencial para a promoção de boas práticas de gestão, controlo e responsabilização, sendo determinante para a geração de valor nas instituições financeiras bancárias.

Estudos anteriores têm demonstrado uma correlação significativa entre práticas de boa governança e melhorias no desempenho institucional. Trabalhos como os de Henry (2008), Zaman *et al.,* (2014), Fuertes-Callén *et al.,* (2014), Bushman e Smith (2001), Habbib (2008), Hassan (2012), Sen (2011) e Kamal (2012) revelam que a transparência, a divulgação de relatórios financeiros, a estrutura de governança e o alinhamento com princípios de responsabilidade social corporativa contribuem positivamente para o desempenho financeiro das empresas. Tais estudos, realizados em contextos diversos — incluindo os Emirados Árabes Unidos, Índia, Europa e Estados Unidos — reforçam a premissa de que práticas consistentes de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

corporate governance reduzem o custo de capital, fortalecem a confiança dos investidores e potenciam a rentabilidade das organizações. No contexto angolano, embora a literatura ainda seja incipiente, trabalhos como os de Marcassa (2018) e Manuel (2018) sublinham que mecanismos como o controlo interno, o *compliance* e os Conselhos de Administração independentes são determinantes no desempenho das instituições bancárias.

O estudo parte de um modelo teórico sustentado pelas abordagens da Teoria da Agência e da Teoria dos Custos de Transacção/Firma, articulando estas com uma metodologia quantitativa que inclui estatísticas descritivas, testes de correlação e regressão linear.

Situação Problemática

Nos últimos anos, o sistema bancário angolano tem experimentado uma série de transformações significativas, desde mudanças nas regulamentações até a introdução de novas tecnologias e práticas de mercado. No entanto, um desafio persistente para muitas instituições financeiras tem sido a implementação eficaz de práticas de *corporate governance*, particularmente em um ambiente económico ainda marcado por incertezas e altos níveis de volatilidade. No entanto, apesar de avanços, muitos bancos angolanos enfrentam dificuldades como falta de independência dos conselhos, inexistência de um comité de *corporate governance*, não elaboração de planos de sucessão, perpetuação dos conselhos de administração, falta de transparência na divulgação da política de remuneração e não inclusão nos relatórios e contas de informação referente a projectos, objectivos futuros e grau de *compliance* da entidade, o que pode afectar directamente a sua competitividade e estabilidade financeira. Esse cenário levanta a questão sobre o papel da *corporate governance* no desempenho das instituições financeiras, especialmente quando se trata da capacidade de maximizar o desempenho financeiro, melhorar a confiança dos investidores e garantir a estabilidade do sector bancário angolano. Diante da problemática acima exposta, levanta-se a seguinte questão científica:

- **Que Influência tem a *corporate governance* no desempenho das instituições financeiras bancárias angolanas?**

Hipóteses

Em função de um processo de reflexão profunda e de analogia dos fundamentos teóricos e práticos sobre a *corporate governance* tendo como base as teorias da agência e da firma, admitiu-se por hipótese que, a *corporate governance* exerce influência negativa no desempenho das Instituições Financeiras bancárias.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Objectivos da Pesquisa

O desejo de perpetrar o alcance de resultados organizacionais satisfatórios de forma sustentável, tem vindo a persuadir instituições inseridas em diferentes sectores de actividade, públicas e privadas, a assumirem a *Corporate Governance* como um instrumento a considerar nos seus *modus operandi*. As instituições financeiras bancárias (IFB) angolanas, estando inseridas neste ecossistema, têm se mostrado propensas a esta realidade. No presente estudo pretende-se, por isso, de modo geral, analisar a influência da *corporate governance* no desempenho das IFB angolanas. Mais especificamente, pretende-se proceder à revisão bibliográfica relacionada com *corporate governance, c*aracterizar o sector bancário angolano, identificar as práticas de *corporate governance* aplicadas pelas IFB angolanas, determinar o *Corporate Governance Index (CGI-BANKS)* dos bancos angolanos e relacioná-lo com o desempenho das IFB angolanas.

A pesquisa insere-se no domínio da Gestão e Finanças, circunscrevendo-se ao estudo da influência da *corporate governance* no desempenho financeiro das IFB angolanas, tendo como alvo os 22 bancos comerciais formalmente licenciados e supervisionados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), no período compreendido entre os anos de 2019 a 2023.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA *CORPORATE GOVERNANCE*

Actualmente, as IFBs estão cada vez mais preocupadas com a sua eficiência na prestação de serviços aos seus público-alvo, portanto, orientar as acções dos seus colaboradores no sentido de pautarem sempre pela transparência, responsabilidade e justiça tem se constituído num desafio notório e evidente a nível da actividade bancária.

Por formas a evitar a diminuição do valor da empresa, os detentores do capital criam mecanismos que buscam o equilíbrio entre as acções dos gestores e os resultados produzidos pelas suas acções. Foi assim que, nesta tentativa de regular o comportamento e/ou a relação entre accionistas e gestores começa a surgir o conceito de *corporate governance*, conceito segundo ao qual vários autores vêm apresentando suas visões, por exemplo, Isaca (2002) *apud* Frogeri *et al.,* (2022).

> A *corporate governance* garante que as necessidades, condições e opções dos *stakeholders* sejam avaliadas a fim de determinar objectivos corporativos acordados e equilibrados; definindo a direcção através de priorizações e tomadas de decisão; e monitorando o desempenho e a conformidade com a direcção e os objectivos estabelecidos.

O conceito apresentado por ISACA (2012) *apud* Frogeri *et al.,* (2022) começa a introduzir de forma implícita os princípios orientadores da *corporate governance*, porém, sustenta-se esta ideia com base nos conceitos apresentados por Afza e Nazr (2014); Turnbull (2000). Segundo estes autores, a *corporate governance* se baseia nos princípios da transparência, equidade,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

responsabilidade corporativa e prestação de contas como mecanismos de controlo, objectivando regular, controlar e supervisionar as acções executivas de gestão, além de estruturar a composição de conselhos e corpos decisórios. Sob este prisma, a *corporate governance* pode ser vista como relacional, por compreender mecanismos de relações entre *stakeholders* e *shareholders*; normativa, no âmbito que define regras, normas, sanções e incentivos; estrutural e decisória por estabelecer mecanismos que evitem assimetrias entre os direitos políticos e económicos.

Além de embasar-se nos princípios enunciados acima, a *corporate governance* procura dar uma orientação estratégica às organizações tal como afirma Graham *et al., (2003)* ela é uma preocupação estratégica sobre a forma pela qual a organização conseguirá garantir o esforço sinérgico de todos os *stakeholders* na consecução dos seus objectivos. Outrossim, observando os conceitos de *corporate governance* apresentados até aqui, depreende-se destes que os termos como direcção, governo, controlo e sistema estão directamente relacionados a *corporate governance*. Portanto, pelo facto das boas práticas de gestão não serem exclusivas às empresas, o primeiro código mundial de *corporate governance* "*Cadbury*" considera:

> *Corporate governance is the system by which companies are directed and controlled. Boards of directors are responsible for the governance of their companies. The shareholders' role in governance is to appoint the directors and the auditors and to satisfy themselves that an appropriate governance structure is in place. (The Cadbury Report, 1992, p.4).*

Complementando a visão da *Cadbury,* Capita (2021, p. 7) acrescenta que "a definição do conceito de *corporate governance* evoluiu de uma concepção puramente protecionista, que privilegiava unicamente os interesses dos *Shareholders*, para uma mais abrangente em que as expectativas de todos os constituintes são integradas entre as preocupações da organização, empenhando-se na satisfação de todos", ou seja: *corporate governance* passou a ser um modelo de gestão que direcciona a empresa ao alcance de seus objectivos estratégicos, moldando suas acções com base nos princípios da transparência, equidade, responsabilidade bem como prestação de contas e, tendo como o fim último a maximização dos ganhos e/ou satisfação de todos *stakeholders*.

Portanto, uma definição completa de *corporate governance* é a apresentada pela *SEC – Securities Exchange Commission*, a qual a *corporate governance* é um sistema de administração e controlo que norteia as organizações no cumprimento das suas obrigações económicas, morais, legais e sociais de longo prazo perante as partes interessadas. É um sistema de direcção, *Feedback* e controlo que utiliza regulamentos, padrões de desempenho e diretrizes éticas que asseguram o comportamento dos conselhos de administração das empresas - conciliando a satisfação do cliente a longo prazo com o valor para os accionistas – em benefício de todas as

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

partes interessadas. O seu objectivo é maximizar o sucesso a longo prazo da organização, criando valor para os seus accionistas, *stakeholders* e para a nação (Sec, 2016)[1].

1.1. Teoria da Firma

A teoria da firma, introduzida por Coase (1937) e posteriormente expandida por diversos autores, apresenta-se como um instrumento explicativo da natureza, função e racionalidade das empresas. A partir da noção de custos de transação e de contratos, a firma é definida como um espaço de relações formais estruturadas juridicamente, sendo compreendida como um nó de contratos que, por sua vez, fundamenta a hierarquia e o poder de autoridade (Tamo, 2012). Nesse enquadramento, a teoria neoclássica enfatiza a maximização do lucro como objectivo principal, mas desenvolvimentos subsequentes, como a teoria da racionalidade limitada de Simon (1955) problematizam a visão tradicional ao reconhecerem restrições cognitivas e informacionais que condicionam a actuação dos gestores. A adopção de comportamentos de *"satisficing"* surge, assim, como alternativa realista à maximização, enfatizando decisões que privilegiam soluções satisfatórias em detrimento do óptimo ideal.

Por outro lado, a análise crítica da teoria da firma evidencia limitações significativas, sobretudo no que concerne ao oportunismo e ao problema da agência. A dificuldade em mensurar desempenhos individuais e em atribuir responsabilidades num contexto colectivo impõe dilemas estratégicos, como o de produzir internamente ou recorrer ao mercado. A integração vertical, defendida por Demsetz (1967) e Williamson (1970), revela-se como resposta à mitigação de comportamentos oportunistas, embora traga consigo novas questões de *corporate governance*, nomeadamente a protecção de accionistas minoritários face ao poder concentrado do controlador. Neste sentido, a teoria da firma não apenas explica a lógica económica das organizações, mas também evidencia tensões estruturais entre eficiência, racionalidade e equidade, reforçando a necessidade de abordagens contemporâneas que conciliem os objectivos económicos com práticas sólidas de *corporate governance*.

1.2. Teoria da Agência

A teoria da agência, cuja origem é debatida entre diferentes autores, surge no seio da economia a partir da reflexão sobre a partilha de riscos (Arrow, 1971; Wilson, 1968) e consolida-se com os problemas de *corporate governance* evidenciados pelos escândalos financeiros das décadas seguintes (Lacruz, 2019). Assente no pressuposto de divergências entre os interesses do principal e do agente, a teoria procura compreender os mecanismos que permitem alinhar objectivos e mitigar comportamentos oportunistas. As abordagens positivista e principal-agente, identificadas por Eisenhardt (2015) convergem na centralidade do contrato, mas divergem no

[1] Tradução do autor.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

tratamento metodológico, variando entre análises mais empíricas e modelos formais de previsão da eficiência contratual. Nesse quadro, a empresa é concebida como um nexo de contratos formais e informais que procuram harmonizar interesses conflituantes, configurando-se como uma "ficção legal" que organiza relações complexas de produção (Jensen; Meckling, 1976).

Todavia, uma leitura crítica evidencia as limitações inerentes à teoria, particularmente no tratamento reducionista da natureza humana e na ênfase excessiva no contrato como solução universal para os conflitos de interesse. O modelo de comportamento humano (*REMM*), proposto por Jensen e Meckling (1994) descreve os indivíduos como avaliadores insaciáveis, maximizadores e criativos, mas a sua aplicação prática tende a negligenciar dimensões não económicas, como valores éticos e sociais, que igualmente condicionam as decisões. A teoria da agência, embora relevante para compreender problemas de governança e propor mecanismos de alinhamento, corre o risco de cristalizar uma visão instrumental da firma, reduzindo-a a mero espaço de monitorização e controlo. Assim, o seu contributo reside menos na pretensão de fornecer respostas definitivas e mais na capacidade de problematizar a relação entre racionalidade, incentivos e confiança na dinâmica empresarial contemporânea.

1.3. Princípios e modelos da *Corporate Governance*

Segundo Alexy (1997), os princípios configuram-se como mandamentos de optimização, isto é, normas abstratas e genéricas que orientam a realização de determinados fins na maior medida possível, dentro das possibilidades fácticas e jurídicas, sendo por isso flexíveis e adaptáveis a contextos específicos. No campo da *corporate governance*, a OCDE (1999) sistematizou cinco princípios estruturantes: os direitos dos accionistas, o tratamento equitativo dos accionistas, o papel dos *stakeholders*, a divulgação e transparência, e as responsabilidades do conselho de administração. Estes princípios, ao mesmo tempo que reconhecem direitos, estabelecem deveres e mecanismos de controlo, procuram criar um equilíbrio entre interesses divergentes, visando eficiência, legitimidade e sustentabilidade das organizações. Contudo, uma leitura crítica revela que, embora constituam um referencial normativo de alcance internacional, a sua aplicação prática depende fortemente do contexto institucional de cada país, o que pode limitar a sua eficácia. Assim, os princípios da OCDE devem ser entendidos não como soluções prontas, mas como orientações que carecem de adaptação crítica e contextualizada, sob pena de se reduzirem a enunciados meramente declarativos, incapazes de assegurar uma *corporate governance* robusta e transformadora.Existem basicamente dois modelos preponderantes de *corporate governance* no mundo: o anglo-saxão[2] e o nipo-germânico/Latino-Europeu.[3]. Em ambos

[2] Modelos praticados nos EUA e Reino Unido.
[3] Modelo praticado na Alemanha, Japão, Itália, França, Espanha e Portugal.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

casos, não se abandonam os princípios gerais, mas seus fundamentos, valores e focos são distintos (Rossetti; Andrade, 2014).

1.4. *Corporate Governance versus* Desempenho das Instituições Financeiras Bancárias

Governança de bancos é diferente das empresas não financeiras por várias razões. Primeiro, é a diversidade de partes interessadas nas atividades dessas instituições: além dos investidores e gestores, os depositantes e órgãos reguladores também têm interesse directo na performance dos bancos. Sob ponto de vista mais abrangente, os órgãos reguladores preocupam-se com os efeitos da governança na performance das instituições por que esta impacta a saúde de toda a economia do país (Adams; Mehran, 2003).

A literatura sobre *corporate governance* no sector bancário tem destacado as implicações das transformações estruturais, como fusões, aquisições e abertura de capital, para os mecanismos de governança (Klotzle; Costa, 2006). Estudos empíricos em diferentes contextos demonstram que tais mecanismos assumem desempenhos distintos conforme a estrutura de propriedade e a regulação de cada mercado. Enquanto na Espanha (Crespi *et al.,* 2004) e no Japão (Anderson; Campbell, 2004) foram identificadas limitações nos incentivos externos para reestruturação do sector, John e Qian (2003) mostraram que factores como o grau de alavancagem, o tamanho da empresa e o nível de regulação reduzem a eficácia da remuneração como instrumento de alinhamento de interesses entre gestores e accionistas. Estes resultados sublinham a relevância da assimetria de informação e da estrutura de incentivos na eficiência da *corporate governance*.

No âmbito da composição dos conselhos de administração, as evidências empíricas são contraditórias. Pathan e Faff (2013) apontaram uma relação negativa entre o tamanho do conselho e o desempenho dos bancos norte-americanos, ao passo que Adams e Mehran (2003) encontraram associação positiva em amostra distinta, sugerindo que o impacto do conselho pode variar conforme o contexto e o período de análise. Outras investigações reforçam a importância da diversidade e independência dos conselhos: Busta (2007) identificou correlação positiva entre a presença de administradores não executivos e o desempenho bancário, enquanto Tanna *et al.,* (2011) concluíram que a independência do conselho está positivamente relacionada com a eficiência bancária no Reino Unido. Contudo, a teoria da “adesão” Donaldson (1990) relativiza a centralidade destes mecanismos ao afirmar que não existe necessariamente conflito entre gestores e accionistas, o que problematiza a visão universalista da teoria da agência.

A relação entre *corporate governance*, gestão de risco e desempenho bancário tem também merecido destaque. Tandelilin *et al.,* (2007) evidenciaram, em bancos indonésios, que a estrutura de propriedade influencia a forma como a governança impacta o desempenho e a gestão de riscos. Outros estudos (Culp, 2008; Kittipat; Nopadol, 2014) sublinham que o sucesso da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

gestão de riscos, embora amplamente reconhecido como determinante da sustentabilidade bancária, apresenta apenas correlações positivas modestas com indicadores financeiros como ROA, ROE e EPS. Estes resultados indicam que a eficácia da governança bancária não se resume à aplicação isolada de mecanismos formais, mas depende da articulação entre propriedade, estrutura de incentivos, composição do conselho e capacidade de antecipar e mitigar riscos. Criticamente, depreende-se que a governança bancária deve ser compreendida como um processo dinâmico e contextual, em que os mecanismos formais, embora necessários, só se traduzem em ganhos efectivos de desempenho quando adaptados às especificidades institucionais e ambientais de cada mercado.

2. METODOLOGIA

2.1. Definição das Variáveis

a) Variável Dependente: ROE

Como variável dependente exclusiva, adoptou-se o *Return on Equity* (ROE), indicador que expressa a rentabilidade do capital próprio investido pelos accionistas. A eleição do ROE deve-se a fundamentos teóricos, técnicos e contextuais, que se podem sintetizar do seguinte modo:

- Relevância conceptual – o ROE é amplamente reconhecido como uma métrica fulcral da performance bancária, por reflectir a eficácia da gestão na geração de lucros para os accionistas (Damodaran, 2002; Ross *et al.,* 2010);
- Integração de múltiplas dimensões – ao incorporar, na sua composição, os efeitos combinados da eficiência operacional, estrutura de capital e rentabilidade líquida, o ROE permite uma leitura sintética da performance global;
- Adequação ao contexto angolano – em mercados emergentes como o angolano, onde os mecanismos de controlo interno e prestação de contas estão ainda em desenvolvimento, o ROE apresenta-se como uma medida sensível à qualidade da governança;
- Robustez metodológica – a utilização de um único indicador evita redundâncias estatísticas e favorece a coesão analítica, permitindo identificar com maior precisão a influência das variáveis explicativas.

b) Variável Independente: *CGI-BANKS*

Por forma a mensurar a corporate governance dos bancos angolanos, foi desenvolvido o *CGI-BANKS – Corporate Governance Index of the Banks*. O índice é composto por 34 perguntas dicotómicas e objectivas (formulário), cujas respostas foram extraídas nos relatórios e contas dos bancos, cada pergunta corresponde a uma prática de c*orporate governance* (agrupados em mecanismos internos e externos). As perguntas 1 a 22 correspondem às práticas recomendadas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

pela CMC e BODIVA institucionalizadas pelo aviso e instrutivo nº1/2013 do BNA. As perguntas 23 a 34 são práticas não reguladas adoptadas pelas IFB a nível internacional. A cada questão esperava-se duas respostas possíveis durante os cinco anos de análise (2019 a 2023) sendo 0 – prática não observada e 1 – prática observada. Portanto, foi feita uma soma aritmética das respostas por formas a determinar o *CGI-BANKS* em cada um dos anos de análise.

Quadro 1. Formulário de *CGI-BANKS*

Práticas Reguladas								
RECOMENDAÇÕES OBRIGATÓRIAS (AVISO Nº1/2013			Anos				
			2019	2020	2021	2022	2023
Estrutura de Capital, Estratégia e Gestão de Riscos	1	Publicação da Estrutura de Capital					
	2	O Banco procede Publicação da Estratégia e Gestão de Riscos					
Estrutura Organizacional	3	O Banco procede Publicação do Modelo de Organização					
	4	O Banco procede Publicação dos Órgãos de Administração					
	5	O Banco procede Publicação da Comissão Executiva					
	6	O Banco procede Publicação do Órgão de Fiscalização					
	7	O Banco procede Delegação de Competências					
	8	Existe um Sistema de Controlo Interno					
	9	Um Comité de Gestão de Riscos					
	10	Existe um Comité Nomeação, Avaliação e Remuneração de Colaboradores					
Política de Remuneração	11	Publicação dos princípios da Política de remuneração					
	12	O Banco procede publicação da Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais					
	13	Publicação da Remuneração dos Colaboradores					
Código de Conduta e Conflitos de Interesses	14	O Banco procede Publicação do Código de Conduta					
	15	O Banco procede publicação da Política de Conflitos de Interesse					
Transparência e Divulgação de Informação	16	Transparência da Organização Societária					
	17	O Banco procede Divulgação de Informação Pertinente					
RECOMENDAÇÕES VOLUNTÁRIAS- INSTRUTIVO Nº 1/2013							
Auditoria Interna	18	Existência de um Comité de Auditoria Interna					
Prevenção de Branqueamento de Capitais	19	Existência de um Sistema de Prevenção de Branqueamento de Capitais					
Deficiências do Sistema de Controlo Interno	20	Realização de Ações que visam detetar Deficiência de Controlo Interno					
Parecer dos órgãos de Fiscalização	21	Configuração de parecer do órgão Fiscal nos Relatórios e Contas					
Parecer do Auditor Externo	22	Configuração de parecer do auditor externo nos Relatórios e Contas					
Práticas Não Reguladas							
Conteúdo das Informações Públicas	23	O RC inclui uma secção específica dedicada à implementação de princípios de Governança Corporativa?					
	24	O RC[4] explicita as atividades, projetos, objectivos futuros e grau de Compliance da entidade?					
	25	O RC inclui uma secção com estimativas de lucros ou projecções de retornos financeiros?					
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	26	Os cargos de Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas diferentes?					

[4] Relatório e Contas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

	27	A empresa possui um Conselho de Administração com 5 a 11 membros?					
	28	Mais de 2/3 do Conselho de Administração é composto por conselheiros externos e independentes?					
	29	O Conselho de Administração possui mandato não superior a 5 anos?					
	30	Há pelo menos 2 conselheiros com capacitação em finanças e técnicas contábeis?					
	31	O conselho elabora um plano de sucessão do diretor-presidente e de outros executivos para mitigar o risco de ausência de pessoas-chave?					
Gestão de Risco, Compliance, Auditoria e demais Comitês	32	O conselho compreende um Comitê de Governança Corporativa?					
	33	O conselho compreende um Comitê de Família?					
	34	Há um Comitê de Partes Relacionadas?					
CGI-BANKS							

Fonte: Elaboração Própria

2.2. Métodos e técnicas de recolha de dados

A investigação exigiu recorrer a diferentes tipos de pesquisa, nomeadamente a exploratória, a bibliográfica, a correlacional e a explicativa; como métodos de abordagem foi utilizado o hipotético-dedutivo e, no âmbito dos métodos de procedimento, adoptou-se o método estatístico; as técnicas de recolha de dados incluíram a análise documental e o formulário, ao passo que, para o tratamento e análise dos dados, foram empregues o software SPSS *(Statistical Package for the Social Sciences)* e ferramentas estatísticas do Excel, possibilitando a verificação de consistência, normalidade e o contraste de hipóteses, bem como a análise das relações entre a governança corporativa e o desempenho das instituições financeiras bancárias angolanas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização da *Corporate Governance* das IFB Angolanas

- Sistema de *Corporate Governance*

A estrutura de capital das instituições financeiras Bancárias angolanas é muito concentrada, existem poucos accionistas que detêm uma grande fatia das participações da sociedade possuindo grande influência na gestão, diante dessas características apreende-se que o sistema de *corporate governance* adoptado pelos bancos angolanos é o Nipo-Germânico.

- Modelo de *Corporate Governance*

Sobre os modelos de governança, as vinte e duas (22) instituições bancárias adoptam o modelo monista ou latino, constituído por três (3) órgãos sociais principais: Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, reforçado com o Auditor Externo.

- ***Corporate Governance Index of The Banks***

Ao analisar o nível de *corporate governance* dos bancos angolanos entre os anos de 2019 e 2023, por meio de dados extraídos dos sites institucionais, relatórios e contas e relatórios de governo societário dos bancos, obteve-se a matriz de resultados do *CGI-BANKS* apresentado na tabela 1.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 1. CGI-BANKS dos Bancos Angolanos (2019-2023)

BANCOS	ANOS					MÉDIA
	2019	2020	2021	2022	2023	
BAI	24	18	26	23	23	22,8
BFA	20	19	22	22	22	21
BPC	0	0	16	15	18	9,8
SBA	26	29	25	22	29	26,2
BIC	26	26	26	26	26	26
BDA	24	24	24	27	26	25
BCGA	0	20	22	28	29	19,8
BCI	18	16	16	16	16	16,4
KEVE	0	27	27	27	27	21,6
BIR	28	27	27	29	29	28
BSOL	27	27	27	28	29	27,6
ATL	27	27	27	27	27	27
YETU	23	23	23	23	23	23
BCS	26	26	26	26	26	26
BCH	17	18	18	20	21	18,8
BCA	24	24	24	26	27	25
BVB	20	20	20	22	22	20,8
ACCESS[5]	22	22	22	22	22	22
BNI	27	27	27	27	27	27
BOCLB	27	27	27	27	27	27
VTB	24	24	25	27	27	25,4
BE	24	24	25	27	27	25,4

Fonte: Pesquisa de Campo (Novembro, 2024).

Os 22 bancos foram ordenados de acordo ao resultado líquido de 2023, conforme descrito nos procedimentos metodológicos. Observa-se na tabela acima que nenhum banco apresentou o índice máximo (34) em todo período analisado. Os índices são na sua maioria iguais entre os bancos com excepção (informações em azul) do BPC, BCGA, BCI, KEVE e BCH não demonstrando assim, uma relação directa entre lucro líquido (ordem dos bancos) e *Corporate Governance Index.*

Dos 22 bancos angolanos analisados, verificou-se que estes geralmente cumprem com as recomendações impostas pela entidade reguladora deixando muitas das vezes de parte os mecanismos de *Corporate Governance* não regulados conforme se observou nas questões 23 a 34.

[5] Segundo o comunicado de imprensa do SCBA, "14 de Julho de 2023: O Access Bank Plc (Access) e o Standard Chartered Bank celebraram um contrato para a aquisição das participações do Standard Chartered nas suas subsidiárias em Angola, Camarões, Gâmbia e Serra Leoa, e no seu negócio de *Consumer, Private & Business Banking* na Tanzânia. Cada operação permanece sujeita à aprovação dos respectivos reguladores locais e do regulador na Nigéria". Tendo sido aprovada a aquisição, o site institucional do SCBA foi descontinuado em Outubro de 2024.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Este facto, vai ao encontro das conclusões obtidas nas pesquisas apontadas na fundamentação teórica[6] segundo ao qual a *corporate governance* dos bancos é a própria regulação.

O BPC apresentou um índice diferente pelo facto do seu site institucional estar em manutenção no momento da recolha de dados outrossim, nos relatórios e contas disponíveis para além de pouca qualidade da informação publicada, verificou-se de facto a não materialização de algumas práticas de *corporate governance* recomendadas pela CMC, BODIVA e institucionalizadas pelo BNA através do aviso nº 01/13. Esta última observação é válida para o BCI, BCH e KEVE.

Relativamente ao Banco Caixa Angola, apresentou um índice diferente pelo facto de não estar disponível no seu site o Relatório e Contas de 2019 onde, poder-se-ia proceder a recolha de dados para efeitos de determinação do *CGI-BANKS* daquele ano.

Para completar a informação da tabela 1, optou-se por elaborar a tabela 2 que apresenta o comportamento estatístico da variável *CGI-BANKS* entre 2019 e 2023. A média de apresentação das informações dos bancos foi variando durante os 5 anos de análise.

Tabela 2. Comportamento Estatístico do *CGI-BANKS* (2019-2023)

Anos	2019	2020	2021	2022	2023	
Média	20,64	22,50	23,73	24,41	25,00	23,25
Mediana	24,00	24,00	25,00	26,00	26,50	25,10
Moda	24,00	27,00	27,00	27,00	27,00	26,40
Min	0,00	0,00	16,00	15,00	16,00	9,40
Máximo	28,00	29,00	27,00	29,00	29,00	28,40
Desvio Padrão	8,90	6,22	3,52	3,83	3,63	5,22
IQR	6,75	7,25	5,00	5,00	5,00	5,45
Lim. Sup	30,76	33,38	31,23	31,91	32,50	31,43
Lim Inf	10,51	11,63	16,23	16,91	17,50	15,08
Outlier	-	-	-	-	-	9,8
CONTAR	22	22	22	22	22	22,00

Fonte: Elaboração Própria

A média geral do *CGI-BANKS* (23,25) no período 2019-2023 é praticamente o número de questões que são de apresentação obrigatória, reguladas pelo BNA (22 questões). Esses dados demonstram que os bancos ainda têm muito para melhorar quando se trata de divulgação de informações para a sociedade. O índice máximo foi de 28, o mínimo 9,40.

[6] La Porta *et. al.* (1998); Kamal (2012); Sen (2011); Mehran e Adams (2003), etc.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Para inferir este resultado, optou-se por realizar o teste de hipótese t de *student*, cujos resultados são:

Teste t de Student

Hipótese nula: A *Corporate Governance* dos bancos angolanos é, em média a própria regulação do sector

Dimensão da População N = 34

Média das questões regulamentas (n): n = 22

Média da população = 23,25

Nível de significância = 5%

Desvio padrão = 5,22

Fórmula do teste t de student

$$t = \frac{\bar{x} - u}{\frac{s}{\sqrt{n}}}$$

Onde:

$\bar{x}$ é a média da amostra

u é a média da população

s é o desvio padrão da amostra

n é o tamanho da amostra

$$t = \frac{22 - 23{,}25}{\frac{5{,}22}{\sqrt{22}}}$$

$$t = -1{,}12$$

Tratando-se de um teste bilateral com $\propto = 0{,}05$ e 21 graus de liberdade $(n - 1 = 22 - 1 = 21)$, o valor crítico de t é aproximadamente ±2,080 (valor obtido na tabela de teste t de *Student*)

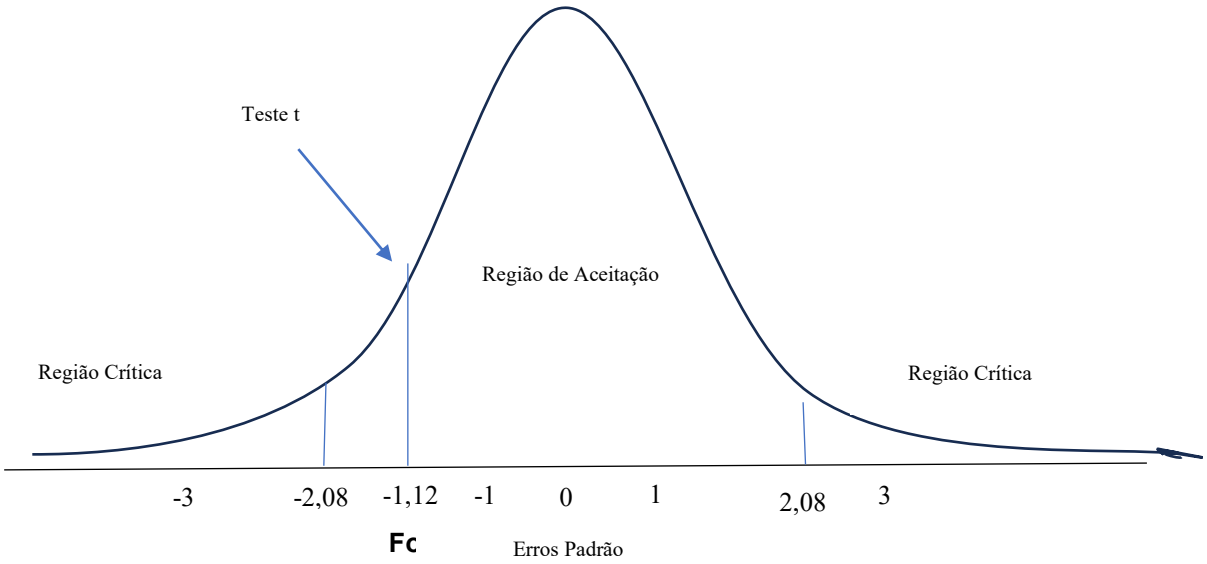
O valor de t calculado foi -1,12, que está dentro do intervalo [−2,080,2,080], o que significa que não se rejeita a hipótese nula.

Graficamente, pode-se observar que o resultado do teste se encontra dentro da região de aceitação da hipótese nula, concluindo que o *CGI-BANKS* médio é a própria regulamentação do sector bancário.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Figura 1. Teste de Hipótese: t de *student*



3.2. Desempenho das Instituições Financeiras Bancárias Angolanas

- *Return On Equity* – ROE

O índice que "mede o retorno obtido no investimento do capital dos accionistas do banco". Abaixo, na tabela 4, apresenta-se o comportamento estatístico do ROE. O retorno do accionista médio é negativo, ou seja, o investidor não teve um retorno expressivo em comparação à um investimento nas obrigações de tesouro, onde se supõe que o risco seja menor com média de -96,13%, e da *OVERNIGHT* com média de 13%[7] no período de 2019-2023.

Tabela 3. Comportamento Estatístico do ROE

	2019	2020	2021	2022	2023	MÉDIA
Média	-0,37	-4,94	0,12	0,15	0,24	-0,96
Mediana	0,30	0,16	0,14	0,18	0,15	0,18
Moda	0,12	-	0,53	-	-	-
Min	-14,28	-112,48	-0,79	-1,08	0,02	-25,72
Máximo	0,64	0,61	0,56	0,78	0,95	0,71
Desvio Padrão	3,11	24,02	0,35	0,34	0,23	5,61
IQR	0,33	0,22	0,31	0,29	0,24	0,18
Lim Sup	0,12	-4,61	0,58	0,59	0,60	-0,70
Lim Inf	-0,86	-5,28	-0,34	-0,29	-0,12	-1,23
CONTAR	22	22	22	22	22	22

Fonte: Elaboração Própria

[7] Informação obtida do site do bna em 29/12/2024, 9h12.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Os *outliers* dos retornos médios sobre o capital do período de análise são os valores inferiores a -122,62% ou superior a -69,64% Os resultados demonstram que há *outliers* inferiores do ROE médio (-25,5224% - BPC).

Influência do *CGI-BAKS* no Desempenho das IFB Angolanas

Utilizou-se o modelo de regressão linear simples com uma população de 22 bancos para 5 anos de análise, totalizando 110 observações. Primeiramente, foi analisada a correlação entre a variável independente e a variável dependente (*CGI-BANKS* influencia o desempenho dos bancos), pôde ser comprovada estatisticamente (teste t de *student*) em conjunto com análise dos resíduos para evitar a heterocedasticidade.

Análise do Modelo Teórico

- **Estatísitcas descritiva**

Tabela 4. Estatísticas Descritivas (*CGI-BANKS* vs ROE)

Variável Independente vs Variável Dependente	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Cgi	110	0	29	23,25	5,735
Roe	110	-112,480	,950	-,96145	10,822418
N válido (de lista)	110				

Fonte: SPSS

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis principais do estudo: o Índice de *corporate governance* (*CGI*), utilizado como variável independente, e o Retorno sobre o capital próprio (*ROE*), como variável dependente. O *CGI* apresentou uma média de 23,25 pontos, com um desvio padrão de 5,735, num intervalo que variou entre 0 e 29 pontos. Esses resultados indicam que, de forma geral, as instituições financeiras bancárias angolanas analisadas demonstram um nível relativamente elevado de práticas de *corporate governance*, embora exista alguma variabilidade entre as instituições. O valor mínimo (0) pode refletir a ausência de práticas estruturadas de governança em algumas entidades, enquanto o valor máximo (29) sugere a adoção quase total dos critérios avaliados. Por outro lado, o ROE apresentou uma média negativa de -0,96145, com um desvio padrão de 10,822, variando entre -112,480 e 0,950. A média negativa revela que, no período analisado, as instituições enfrentaram dificuldades em gerar retorno positivo sobre o capital próprio. O elevado desvio padrão, aliado à amplitude dos valores observados, indica grande dispersão nos níveis de desempenho financeiro. Destaca-se a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

existência de valores extremos, especialmente o valor mínimo (-112,480), que pode ser considerado um *outlier*. As estatísticas descritivas segurem que apesar da presença de boas práticas de governança em muitas instituições, o desempenho financeiro, medido pelo ROE, tem sido insatisfatório, possivelmente em função de outros factores estruturais, macroeconómicos ou de gestão que merecem investigação adicional.

- **Estatística de Colinearidade**

Tabela 5. Factores de inflacionamento da variância

Variável Independente		Tolerância	VIF
1	(Constante)		
	Cgi	1,000	1,000

Fonte: SPSS

A avaliação da multicolinearidade foi realizada com base nos indicadores de Tolerância e Factor de Inflação da Variância (VIF). A variável independente analisada, o Índice de Governança Corporativa (*CGI*), apresentou um valor de Tolerância igual a 1,000 e um VIF também igual a 1,000.

Os valores de Tolerância inferiores a 0,1 ou VIF superiores a 10 podem indicar problemas sérios de multicolinearidade[8]. No entanto, os resultados obtidos demonstram total ausência de multicolinearidade entre as variáveis do modelo, o que reforça a validade dos coeficientes estimados na regressão. Portanto, a variável CGI pode ser mantida no modelo sem prejuízo à sua robustez estatística.

- **Normalidade dos Resíduos**

Através do teste da estatística dos resíduos, é possível observar que a média dos mesmos é zero, existindo independência dos resíduos conforme observado na coluna da estatística Durbin-Watson, da tabela 9. A normalidade dos resíduos pode ser observada graficamente na figura 14.

[8] HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 6. Resíduos da População

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N
Valor previsto	-20,18434	3,78792	-,96145	4,740613	110
Resíduo	-92,295662	20,484339	,000000	9,728891	110
Valor Previsto Padrão	-4,055	1,002	,000	1,000	110
Resíduo Padronizado	-9,443	2,096	,000	,995	110

Fonte: SPSS

- **Teste de Normalidade**

Tabela 7. Teste de Normalidade

	Cgi	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
		Estatística	Df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Roe	0	,375	4	.	,720	4	,019
	16	,240	5	,200*	,963	5	,827
	18	,310	5	,132	,865	5	,246
	20	,274	6	,180	,845	6	,144
	22	,158	12	,200*	,945	12	,561
	23	,214	7	,200*	,850	7	,124
	24	,211	11	,186	,879	11	,101
	25	,190	3	.	,997	3	,904
	26	,147	14	,200*	,897	14	,104
	27	,241	30	,000	,865	30	,001
	28	,223	3	.	,985	3	,765
	29	,174	6	,200*	,979	6	,948

Fonte: SPSS

Com o objetivo de verificar a adequação do modelo de regressão linear, foram aplicados os testes de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* para avaliar a normalidade dos resíduos da variável ROE, considerando diferentes níveis do Índice de Governança Corporativa (*CGI*). Os resultados apontam que, em determinados grupos, os resíduos não seguem uma distribuição normal. Particularmente, os grupos com *CGI* igual a 4 e 27 apresentaram valores de significância inferiores a 0,05 nos testes aplicados (p = 0,019 e p = 0,001, respetivamente), indicando uma violação da normalidade dos resíduos. Esse desvio sugere que, nesses intervalos específicos, o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

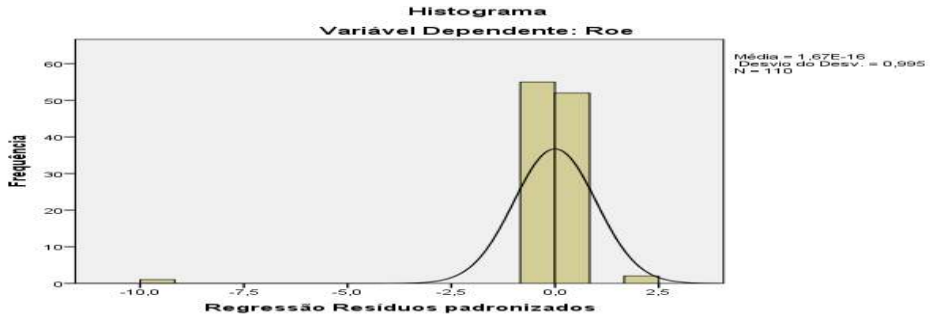
desempenho financeiro das instituições (ROE) pode estar sendo influenciado por factores não capturados pelo índice de governança utilizado, ou por eventos pontuais de natureza económica, regulatória ou operacional.

Nos demais grupos, os resíduos apresentaram comportamento mais próximo da normalidade, com p-valores superiores a 0,05, permitindo considerar o modelo estatisticamente mais estável nesses casos.

Os resultados acima reforçam a necessidade de uma avaliação complementar, como a análise de gráficos dos resíduos, e também indicam que o modelo pode não ser igualmente eficaz em todos os níveis de governança.

De modo geral, os resíduos do modelo não seguem perfeitamente uma distribuição normal, embora em grande parte das observações esse pressuposto seja aproximadamente atendido. A presença de valores extremos e a violação da normalidade em alguns grupos indicam que o modelo deve ser interpretado com cautela, especialmente nas faixas de CGI mais baixas e mais elevadas.

Figura 2. Normalidade dos resíduos



Fonte: SPSS

- **Análise da consistência interna dos dados**

Tabela 8. Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	106	96,4
	Excluídos	4	3,6
	Total	110	100,0

Fonte: SPSS

A base de dados utilizada para a análise estatística conta com 110 observações referentes a 22 instituições financeiras bancárias ao longo de cinco anos. No entanto, 4 casos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(3,6%) foram excluídos automaticamente pelo software SPSS devido à presença de dados ausentes em algumas variáveis. Assim, a análise foi conduzida com 106 casos válidos (96,4%).

Tabela 9. Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,914	34

Fonte: SPSS

A confiabilidade interna dos 34 indicadores que compõem o instrumento de mensuração foi avaliada por meio do coeficiente Alfa de *Cronbach*. O resultado obtido foi de 0,914, o que indica um nível de consistência interna excelente, evidenciando que os itens apresentam alta correlação entre si e são adequados para representar o construto analisado.

- **Matriz de Correlações**

Tabela 10. Matriz de Correlações das variáveis em estudo

		Roe	Cgi
Correlação de Pearson	Roe	1,000	,438
	Cgi	,438	1,000
Sig. (1 extremidade)	Roe	.	,000
	Cgi	,000	.
N	Roe	110	110
	Cgi	110	110

Fonte: SPSS

A correlação de *Pearson* entre ROE e *CGI* é de 0,438, o que indica uma correlação positiva moderada entre os dois indicadores. Este valor sugere que, à medida que o índice de governança corporativa (*CGI*) aumenta, o desempenho financeiro dos bancos, medido pelo ROE, tende a melhorar também. A significância estatística da correlação é indicada pela sig. (1 extremidade) de 0,000, que é menor que o nível de significância comum de 0,05. Isso indica que a correlação observada é estatisticamente significativa. Em outras palavras, a relação entre *corporate governance* e desempenho financeiro não é devido ao acaso. Esta evidência está em consonância com estudos anteriores que sugerem que boas práticas de *corporate governance*, como maior transparência e controlo eficaz, podem levar a um melhor desempenho financeiro nas instituições financeiras (Shleifer; Vishny, 1997). A correlação positiva, embora moderada, implica que a *corporate governance* pode ser um factor relevante para o desempenho financeiro, embora existam outras variáveis não consideradas que também influenciam o ROE.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que os bancos devem priorizar a implementação de práticas de governança sólidas, dado seu impacto potencial no aumento da rentabilidade. A melhoria no *CGI* pode, assim, servir como uma estratégia eficaz para aprimorar a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

performance financeira no longo prazo. Para os gestores bancários, isso implica em investir em processos que promovam uma maior transparência e independência no processo de tomada de decisões, o que, por sua vez, pode aumentar a eficiência operacional e, consequentemente, o ROE.

Em termos de implicações políticas e regulatórias, a evidência de que uma *corporate governance* mais forte está associada a melhores resultados financeiros reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a adopção de boas práticas de governança, não apenas para garantir a sustentabilidade financeira dos bancos, mas também para fortalecer a confiança do mercado e promover a estabilidade do sistema bancário.

Tabela 11. Modelo de Regressão

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,438[a]	,192	,184	9,773828	2,063

Fonte: SPSS

A análise da correlação de Pearson entre o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Índice de Governança Corporativa (*CGI*) revelou um coeficiente de 0,438, com nível de significância estatística de $p < 0,001$. O coeficiente de correlação (r^2), obtém-se aproximadamente 0,192, o que indica que cerca de 19,2% da variação do ROE pode ser explicada pela variação do índice de *corporate governance*. Este resultado reforça a evidência de que boas práticas de governança podem contribuir significativamente para o desempenho financeiro das instituições bancárias. Tal constatação está alinhada com estudos prévios que destacam a *corporate governance* como factor determinante na criação de valor e na eficiência operacional das Instituições Financeiras.

Tabela 12. Coeficientes do Modelo de Regressão

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	-20,184	3,909		-5,164	,000
	Cgi	,827	,163	,438	5,064	,000

Fonte: SPSS

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Através da análise da equação de regressão entre variável dependente e independente foi extraída e organizada a informação da seguinte forma:

Em função dos dados da tabela 12, a equação de regressão da presente pesquisa, prevê a influência que a variável *CGI-BANKS* tem no ROE. O dado assinalado da variável *CGI-BANKS* na tabela 11 reflete qual o montante de Beta a considerar nesta equação, obtendo-se a seguinte:

$$Y= \beta_0 + \beta_1 \cdot X_1 + \varepsilon$$

Onde:

- Y é a variável dependente (neste caso, o ROE).
- β_0 é o coeficiente da constante (intercepto).
- β_1 é o coeficiente Beta para a variável independente X_1 (neste caso, *Cgi*).
- X_1 é a variável independente (neste caso, *Cgi*).
- **ε** é o erro padrão

$$\mathbf{ROE = -20{,}184 + 0{,}438 \cdot \textit{Cgi}}$$

Isso significa que, para cada aumento de um desvio padrão em *Cgi*, o ROE aumentará 0,438 desvios padrões, mantendo as outras variáveis constantes.

Tendo por base a tabela 10, é importante destacar que existe uma relação positiva entre ROE e *CGI-BANKS,* ou seja, quanto maior for o *CGI-BANKS* de um banco angolano maior a probabilidade de um melhor desempenho do ROE.

Apesar da relação positiva, é indispensável averiguar se as variáveis podem ser consideradas como estatisticamente significativas. Para tal, focou-se no valor de significância, igualmente observável na tabela 12.

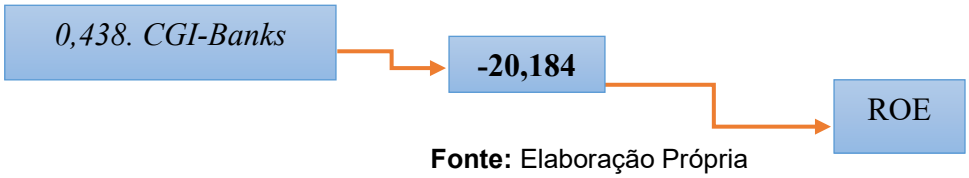
O valor de Sig. para a variável Cgi é 0,000. Como 0,000 < 0,05, isso indica que a variável Cgi tem uma relação estatisticamente significativa com o ROE. Ou seja, a variável Cgi tem um efeito significativo sobre o ROE, e esse efeito não ocorreu por acaso.

O teste na tabela 12 explicita que o valor de estatística do teste t é 5,064 e um nível de significância < 0,05 e por isso rejeita-se a hipótese nula do modelo. É, assim, rejeitada a hipótese de que o coeficiente da variável independente seja simultaneamente zero e, concludentemente, a variável *CGI-BANKS* ajuda a explicar o ROE, ou seja, o modelo em análise é válido.

Por fim, foi elaborado um modelo final de regressão que explana a relação entre a variável dependente e independente.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 3. Modelo final de regressão



Fonte: Elaboração Própria

Em função dos resultados obtidos, abaixo apresenta-se um quadro resumo dos resultados esperados e realizados.

Quadro 2. Resumo do Resultado Esperado VERSUS Realizado

Mensuração	Indicador	Relação Esperada	Realizado	Significância	Estado da Hipótese
Desempenho	ROE	+	+	Significativa	Rejeitar a Hipótese Nula

Fonte: Elaboração Própria

Conforme observado atrás, e de forma complementar através do quadro 14, pode-se afirmar que a *Corporate Governance* influencia de forma positiva no desempenho dos bancos angolanos.

3.3. Discussão dos Resultados: Relação entre *corporate governance* e Desempenho das Instituições Financeiras Bancárias Angolanas

Os resultados empíricos obtidos nesta investigação evidenciam uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o Índice de Governação Corporativa (*CGI*) e o Retorno sobre o Capital Próprio (*ROE*), com um coeficiente de $r = 0{,}438$ e $p < 0{,}001$. Este valor, embora de intensidade moderada, sugere que o reforço dos mecanismos de *corporate governance* está associado a um aumento da rentabilidade das instituições financeiras bancárias em Angola.

Elevando o coeficiente de correlação ao quadrado (r^2), obtém-se um valor de 0,192, o que indica que aproximadamente 19,2% da variabilidade do ROE pode ser explicada pela variação no nível de *corporate governance*. Esta relação, ainda que não comprove causalidade, constitui um contributo relevante na gestão bancária, apontando a governança como um factor estratégico de criação de valor num ambiente financeiro caracterizado por riscos elevados e múltiplas exigências regulatórias.

Na literatura internacional, autores como Shleifer e Vishny (1997) defendem que a *corporate governance* tem como função principal assegurar que os gestores actuem no melhor

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

interesse dos accionistas, reduzindo os conflitos de agência e promovendo uma alocação mais eficiente dos recursos. Quando esse alinhamento é conseguido, os resultados operacionais tendem a ser mais consistentes e sustentáveis.

La Porta *et al*. (1999) e Claessens (2003) enfatizam que, em mercados emergentes, marcados por fragilidades institucionais e lacunas regulatórias, a *corporate governance* pode actuar como um mecanismo suplementar de protecção dos investidores e de promoção da transparência. No contexto angolano, onde subsistem desafios como a opacidade na prestação de contas, a insuficiência de fiscalização e a volatilidade económica, a boa governança revela-se não apenas desejável, mas essencial para a resiliência institucional.

De igual modo, Silva e Leal (2005) salientam que a governança não se esgota na estrutura dos órgãos de administração, abrangendo igualmente a qualidade da informação divulgada, a independência dos conselhos e comités e a eficácia das auditorias. Quando essas estruturas são robustas, reduzem-se as assimetrias de informação, aumenta-se a confiança dos *stakeholders* e reforça-se o desempenho global da organização.

No sector bancário, sujeito a exigentes normas prudenciais e altamente dependente da reputação institucional, práticas sólidas de governança funcionam como barreiras de contenção de riscos operacionais e reputacionais. A implementação de sistemas eficazes de controlo interno, *compliance* e auditoria não apenas favorece o cumprimento regulatório, como também melhora a percepção externa sobre a solidez da instituição.

Os resultados aqui apresentados demonstram, assim, que, mesmo num ambiente caracterizado por constrangimentos institucionais e estruturais, como é o caso de Angola, a adopção de boas práticas de *corporate governance* já apresenta uma influência mensurável e positiva no desempenho financeiro. Este dado sugere que políticas de reforço institucional, incentivos à transparência e fortalecimento dos mecanismos internos de controlo podem contribuir não apenas para o cumprimento normativo, mas também para a valorização efectiva e sustentável das instituições bancárias.

CONSIDERAÇÕES

O estudo, alicerçado nas Teorias da Firma (Coase, 1937; Simon, 1955) e da Agência (Jensen; Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989), demonstrou empiricamente que a governança corporativa exerce influência positiva e significativa sobre o desempenho financeiro dos bancos angolanos, confirmada pela correlação robusta entre CGI-BANKS e ROE. À luz da Teoria da Firma, verificou-se que a adopção de estruturas organizacionais baseadas em contratos formais e mecanismos hierárquicos internos contribui efectivamente para reduzir custos de transacção e melhorar resultados, em linha com a formulação de Coase; contudo, a fragilidade institucional angolana sugere que tais ganhos permanecem dependentes da capacidade das organizações em

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

consolidar práticas de auditoria, compliance e gestão de risco, o que relativiza a universalidade do modelo. No quadro da Teoria da Agência, os resultados confirmam que transparência e monitorização robusta mitigam riscos de moral *hazard* e selecção adversa, em consonância com Jensen e Meckling, mas evidenciam também que a elevada concentração accionista característica do modelo nipo-germânico prevalecente em Angola limita a plena expressão dos princípios de *accountability* e protecção dos minoritários defendidos por Eisenhardt. Esta predominância aproxima os bancos angolanos de uma lógica institucional distinta da anglo-saxónica, marcada por liquidez accionária e dispersão de propriedade, o que revela tensões entre modelos normativos de governança e a realidade empírica nacional. Em síntese, embora os resultados corroborem as teorizações de referência, também sugerem que a sua aplicabilidade em Angola depende de ajustamentos contextuais, evidenciando a necessidade de uma evolução gradual do sistema financeiro para que os mecanismos de governança se consolidem como pilares de estabilidade e eficiência económica.

SUGESTÕES

Após a pesquisa efectuada e das conclusões apresentadas, comprova-se que a *Corporate governance* influencia positivamente no desempenho dos bancos angolanos. Atendendo a este facto apresentam-se as seguintes sugestões:

- Que os bancos angolanos enquadrem no seu organograma um comitê de Governança Corporativa;
- Que os bancos angolanos passem a elaborar planos de sucessão de modos a evitar risco de ausência de pessoas-chave;
- Que os Conselhos de Administração tenham um mandato não superior a 5 anos;
- Que os bancos passem a publicar não apenas a política de remuneração dos órgãos sociais, mas também dos colaboradores;
- Que os O RC dos bancos angolanos incluam também as atividades, projetos, objectivos futuros e grau de *Compliance* da entidade bem como projecções de retornos financeiros;
- Que mais de 2/3 do conselho administrativo seja constituído por conselheiros externos e independentes;
- Que os bancos angolanos institucionalizem um comité de *stakeholders;*
- Que os bancos angolanos institucionalizem um comité de família.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. B.; MEHRAN, H. Is Corporate Governance Differente of Bank Holding Companies? **FRBNY Economic Policy Review**, v. 9, n. 1, april. 2003.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

AFZA, T.; NAZIR, M. S. Theoretical Perspective of Corporate Governance: A Review. **European Journal of Scientific Research,** v. 119, n. 2, p. 255–264, 2014.

ALCHIAN, A. Production, Information Costs and Economic Organization. **American Economic Review**, v. 62, n. *5*, p. 777-795, 1972.

ALEXY, R. **El Concepto y la validez del derecho.** 2 Ed. Barcelona: Gedisa, 1997.

ANDERSON, C. W.; CAMPBELL, T. L. Corporate governance of Japanese banks. **Journal of Corporate Finance**, v. 10, n. 3, p. 327-354, 2004.

ARGAWAL, A. Managerial incentives and corporate investment and financing decisions. **Journal of Finance,** v. 42, p. 823-837, 1987.

ARROW, K. **Essays in the Theory of Risk Bearing**. Chicago: Markham, 1971.

ATHANASOGLOU, P. P.; BRISSIMIS, S. N.; DELIS, D. S. Bank-specific, industry-specific and macroeconomic determinants of bank profitability. **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 18, n. 2, p. 121-136, 2008. doi: https://doi.org/10.1016/j.intfin.2006.07.001

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

BAUMOL, W. **Business Behavior, Value and Growth**. New York: Macmillan, 1959.

BELTRAME, F.; FLOREANI, A.; GRASSETTI, L. Bank profitability and remuneration: Evidence from European banks. **International Journal of the Economics of Business**, v. 24, n. 3, p. 223-254, 2017. doi: https://doi.org/10.1080/13571516.2017.1340573

BERLE, A. M. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: MacMillan, 1932.

BONOTO, P. V. **As Fraudes Contábeis da Enron e WorldCom e seus efeitos nos Estados Unidos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BRANDÃO, J.; FRAGA, J. **Gestão de Riscos**. Brasilia: Departamento de Automação e Sistemas: Instituto de Pedsquisa Económica Aplicada, 2008.

BUSHMAN, R.; SMITH, A. Informações Contabilísticas Financeiras e Governação Corporativa. **Jornal de Contabilidade e Economia**, v. 32, n. 1-2, p. 237-333, 2001. doi:10.1016/S0165-4101(01)00027-1

BUSTA, I. **Eficácia do Conselho e o Impacto da Família Jurídica no Setor Bancário Europeu**. Barcelona-Espanha: Conferência Europeia da FMA, 2007.

CÂMARA, P. Código dos Governo de Sociedades. **Caderno dos Valores Mobiliários**, v. 15, p. 65-90, 2001.

CAPITA, F. L. Satisfação das expectativas dos stakeholders internos da Universidade 11 de Novembro e suas implicações na qualidade de ensino. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 05, p. 147-174, 2021.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planeamento Estratégico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica, New Series**, v. 4, p. 386-405, 1937.

COIMBRA, M.; VANESSA, A. **Manual de Compliance - Preservando a boa governança e a integridade da Organizações**. São Paulo: [s. n.], 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. Livro Verde. **O quadro da UE do Governo das Sociedades**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2011. p. 28.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Arcabouço Teórico para os Estudos de Governança Corporativa:. **Revista de Gestão USP,** v. 15, n. 3, p. 1-10.

CRESPÍ, B. J. Governance mechanisms of Spanish bank: Does ownership matter? **Finance Working Paper**, v. 28, n. 10, p. 11-30, 2004.

CULP, A. Divulgação Financeira Voluntariada por Empresas Mexicanas. **Revista de Contabilidade**, v. 62, n. 3, p. 533-541, 2008.

DAMODARAN, A. **Avaliação de investimentos***:* Ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DELOITE. **Lei Sarbanes-Oxley**: Guia para Melhorar a Governança Corporativa através de eficazes Controlos Internos. [S. l.]: Deloite, 2003. Disponível em: https://www.ibgc.org.br/biblioteca/download/DELOITTE_2003_LeiSarbanes...fol.pdf

DEMSETZ, H. Toward a Theory of Property Rights. **American Economic Review**, v. 57, p. 347-373, 1967.

DENIS, D. K.; McCONNELL, J. J. International corporate governance. **Journal of Financial and Quanitative Analyses,** v. 38, n. 1, 2003.

DIETRICH, A.; WANZENRIED, G. Determinants of bank profitability before and during the crisis: Evidence from Switzerland. **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 21, n. 3, p. 307-327, 2011. doi: https://doi.org/10.1016/j.intfin.2010.11.002

DUARTE, T. **O Governo de Sociedades – Análise de Desempenho das Sociedades**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007.

EISENHARDT, K. M. Agency Theory: an Assessment and Review. **Academy of Management**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

EISENHARDT, K. M. Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. **RGC**, São Paulo, v. 2, n.1, art. esp., p. 1-36, 2015.

FAMA, E. Agency problems and the theory of the Firm. **Journal of Political Economy**, v. 88, n. 2, p. 288-307, 1980.

FEIJÓ, C. A.; VOLANTE, E. **A Firma na Teoria Económica e como Unidade de Investigação Estatística Evolução nas Conceituações**. [*S. l: s. n.*], 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237240101.

FIELD, A. **Discovering statistics using SPSS**. 4th ed. [S. l.]: SAGE Publications, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FROGERI, R. F.; PORTUGAL, N.; GUEDES, L. C. O conceito de Governança e Governança Corporativa. **Textos para Discussão,** s.d. ISSN 2447-8210. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359265381

FUERTES-CALLÉN, Y.; CUELLAR-FERNÁNDEZ, B.; PELAYO-VELÁZQUEZ, M. Determinantes dos relatórios corporativos online em três mercados latino-americanos: O papel do desenvolvimento da presença na web. **Online Information Review**, v. 38, n. 6, p. 806-831. doi:10.1108/OIR-10-2013-0240

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Principles for Good Governance in the 21st Century. Policy Brief**. Canada: Ottawa, 2003.

HABBIB, A. Transparência Corporativa, Desenvolvimento Financeiro e Alocação de Capital. **Abacus**, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2008.

HASSAN, M. Um Índice de Divulgação para medir a Extensão dos Relatórios de Governação Corporativa de Empresas Quotadas nos Emirados Árabes Unidos. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, v. 10, n. 1, p. 4-33, 2012. doi: 10.1108/19852511211237426

HENRY, D. Estrutura de Governação Corporativa e a Avaliação das Empresas Australianas. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 35, p. 912-942, 2008.

HENSCHEL, T. **Risk Management in Small and Medium Sized Enterprises**. [S. l.]: Edimburg Napiel University, 2009.

HODGSON, G. The Legal Nature of the Firm and the Myth of the Firm-Market Hybrid. International **Journal of the Economics of Business**, v. 9, n. 1, p. 37-60, 2002.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. The Nature of Man. **Journal of Applied Corporate,** v. 7, n. 2, p. 4-19, 1994.

JENSEN, M. The Market for Corporate Control: Empirical. **Journal of Financial Economics**, v. 11, p. 5-50, 1983.

JOHN, K.; QUIAN, Y. Incentive features in CEO compensation in the banking industry. **Economic Policy Review**, v. 9, n. 1, april. 2003.

KAMAL, H. Um índice de divulgação para medir a extensão dos relatórios de governação corporativa por parte das empresas cotadas nos Emirados Árabes Unidos. **Journal of Financial Reporting and Accounting,** v. 10, n. 1, p. 4-33, 2012.

KAPITIYA, F. **ABC de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

KAPLAN, R.; NORTON, D. **A estratégia em ação:** Balanced Scorecard. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

KATO, J. **Estratégia Competitiva e Avaliação de Desempenho aplicados a uma empresa de previdência privada aberta no Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopolis, 2000.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

KIAMVU, T. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais**. Luanda: Capatê Publicações, 2012.

KITTIPAT, D. Avaliação das Políticas e Práticas de Gestão de Risco de Crédito num Escritório de Transações de Bancos Comerciais Vietnamitas de Joint-Stock. **Economia Empresarial e Turismo**, v. 4, n. 2, p. 556-566, 2014.

KLOTZLE, C. M.; COSTA, L. Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos no Brasil. **Gestão.Org**, v. 4, n. 4, set./dez. 2, 2006.

KPMG. **A Lei Sarbanes-Oxley**. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: www.kpmg.com.br/images/sarbanes_Oxley.pdf:

KUNT, A.; HUIZINGA, H. Determinants of commercial bank interest. **Mimeografado: The World Bank**, 1997.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANEZ, F.; SHLEIFER, A. Corporate Ownership Around the World. **The Journal of Finance**, v. 54, n. 2, p. 471-517, 1999.

LACRUZ, A. J. Project Management Office in the Non-Governmental Organization as a driver of sustainable competitive advantage: a dynamic capabilities approach. *In:* PERIS-ORTIZ, M.; FERREIRA, J. J. **Knowledge, innovation and sustainable**. Switzerland: Springer, 2019.

LOURENÇO, M. R.; MARCHIORI, M. A. Prática da Comunicação de Risco nas Organizações. **Fracesi em revista**, v. 4, p. 1-12, 2012.

MANUEL, C. S. **Práticas Fiscais e de Gestão em Tempos de Crise - Enfoque no Copliance**. Luanda: WA, 2018.

MARCASSA, A. C. Mecanismos de Governança Corporativa em Bancos. *In:* **10ª Semana de Contabilidade - Banco Central do Brasil**, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/

MATITZ, Q. S.; BULGACOV, S. O Conceito Desempenho em Estudos Organizacionais e Estratégia: um Modelo de Análise Multidimensional. **Rev. adm. Contemp**., v.15, p. 580-607, 2011.

MAXIMIANO, A. C. **Teoria Geral da Adminsitração**: da Revolução Urbana à Revolução Digital. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MUANDA, F. L. **Modelo de Decisão**: Uma Proposta para a Melhoria do Processo Decisório na Empresa Portuária do Soyo. Cabinda: Faculdade de Economia da Universidade, 2020.

OECD. **Principles Of Corporate Governance**. [S. l.]: OECD, 1999.

OLIVEIRA, A.; FARIA, A.; OLIVEIRA, L.; ALVES, P. **Contabilidade Internacional:** Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Contabilização de Derivados. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, D. **Governança Corporativa na Prática***:* Integrando acionistas, Conselhos de Administração e Diretoria Executiva na geração de Resultados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAAUWE, J.; BOSELIE, J. **HRM and performance organizacional**. Braga: Universidade do Minho, 2007.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PATHAN, S.; FAFF, R. A estrutura do conselho nos bancos afeta realmente o seu desempenho? **Journal of Banking and Finance**, v. 37, n. 5, p. 1573-1589, 2013.

PRAHALAD, C.; HAMEL, G. **Competindo pelo Futuro**: Estratégias Inovadoras para obter Controlo do seu Sector e criar Mercados do Amanhã. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

REPORT, C. **The Financial Aspects of Corporate Governance**. London El4 9FS: The Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance and Gee and Co. Ltd, 1992.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. **Administração Financeira**. 9 ed. São Paulo: AMGH, 2010.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa:** Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SAMANTARAY, A. K. Impact of corporate governance on the profitability of Indian banks: An empirical analysis. **Asian Journal of Finance & Accounting**, v. 7, n. 2, p. 264-282, 2015. doi: https://doi.org/10.5296/ajfa.v7i2.8223

SEC. **Memorandum Circular No. 19**. [S. l.]: SEC, 2016.

SEN, A. Governação Corporativa na Índia: Cláusula 49. **JM International Journal of Management Research**, v. 1, p. 162-172, 2011.

SILVA, A. **Governança Corporativa e Sucesso Empresarial**: Práticas Para aumentar o Sucesso da Firma. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, E. **Goverança Corporativa nas Empresas:** Guia Prático de Orientação para acionistas. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVESTRE, C. H.; ARAÚJO, F. J. **Metodologia para a Invetigação Social**. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

SIMON, H. A Behavioral Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n.1, p. 99-118, 1955.

TAMO, K. **Intordução à Gestão das Organizações**. Luanda: Capatê Publicações, 2012.

TANNA, S., F, P. "O efeito da Dimensão e Composição do Conselho na Eficiência dos Bancos do Reino Unido. **Jornal Internacional da Economia dos Negócios**, v.18, n. 3, p. 441-462, 2011.

TOKSAL, A. **O Impacto da Governança no Valor dos Accionistas**. Colónia: Univeversidade da Colónia, 2004.

TURNBULL, S. Corporate Governance: Theories, Challenges and Paradigms. **An International Review**, v. 5, p. 180–205, 2000.

VELOSO, A. D. **O Impacto da Gestão de Recursos Humanos na Performance Organizacional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade do Minho, Braga, 2007.

WILLIAMSON, O. **Corporate Control and Business Behavior**. NJ: Prentice-Hall, 1970.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

WILSON, R. On the theory of syndicates. **Econometrica**, v. 36, p. 119-132, 1968.

ZAMAN, R.; ARSLAN, M.; SIDIQUI, M. Corporate Governance and firp firm sêntimo: O papel da Transparência e Divulgação no Sector Bancário do Paquistão. **Cartas Internacionais de Ciências Sociais e Humani**, v. 2, n. 2, p. 152-166, 2015.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.